

**CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP**  
**PORTO DE SANTOS**  
**ATA DA 420ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na sala de reunião na sede do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos – CAP/SANTOS, situado na Rua Augusto Severo, número sete, décimo terceiro andar, em Santos, Estado de São Paulo, realizou-se a quadringentésima vigésima Reunião Plenária Ordinária do Colegiado. Estiveram presentes os **Representantes do Poder Público**: Rossano Reolon, pela SNP; Hilário Seguin Dias Gurjão, pela Autoridade Portuária; CMG Daniel Américo Rosa Menezes, pela Autoridade Marítima; Akiyoshi Omizu, pela Receita Federal; Érica Cristina Santos Carvalho, pela ANVISA; Omar Silva Junior e Alexandre Trombelli, pelas Prefeituras de Santos e Guarujá, respectivamente. **Os Representantes da Classe Empresarial**: João Batista de Almeida Neto e Marcos Antônio Leite de Medeiros, pelo SOPESP; Martin Aron e Sandra Aparecida Gimenes Previatti, pela ACS e A&B, respectivamente; e José Edgard Laborde Gomes e Marlos da Silva Tavares, pela ABTRA. **Os Representantes dos Trabalhadores Portuários**: Paulo Antônio da Rocha e Robson Gama dos Santos, pela FNP e José Cavalcanti Pessoa, pela FENCCOVIB. Esteve ausente o Conselheiro Eliézer da Costa Giroux, pela ABTP; que justificou sua ausência. Fica registrado, que no dia 08/09/2018, encerrou o mandato dos representantes da FNE, e até o momento aquela Federação não indicou novos representantes neste Colegiado. Fica registrado ainda, que o Conselheiro José Alex Botelho de Oliva, representante da Autoridade Portuária, não compareceu à reunião tendo em vista estar em período de férias. Compareceram ainda, como convidados permanentes, Bruno Dias Pereira, representando os terminais de uso privado que compartilham o canal do Porto – ATP; Daniel Alves Santos, representando a ANTAQ e Miguel J. Sealy, representante da ABTL. Compareceram ainda, como convidados, Selma Martins Hernandez, Assessora do presidente da CODESP; Eduardo Di Gregório, representante do DERSA; José Eduardo Lopes; Carlos Henrique Aranha; Marcos Camargo e Marcelo Villas Boas, representantes da Marinha; Alcir dos Santos e Luciana Souza (ABTRA); Rui Klein e Ronald Marangon, representantes da ECOVIAS; Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, e tendo como Secretário Executivo, Jorge Leite dos Santos, e apoio do Técnico Portuário Thiago Rodrigues Alves. Em seguida, o Presidente

passou ao item **I – ABERTURA**. Foi submetida aos Conselheiros a Ata da 419ª Reunião extraordinária, realizada no dia 14 de setembro de 2018, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes. Continuando, passou-se às Comunicações do Presidente, onde por ele foi informado que ontem participou de reunião, na sede da Codesp, onde foi finalizada a questão da área da Ponta da Praia, relativamente a área cedida a Polícia Federal, a qual ficará dentro da Poligonal do Porto de Santos. Enfatizou ainda, que o Secretário Nacional de Portos, Sr. Luiz Otavio, garantiu verba para construção do prédio da PF, bem como um termo de descentralização que visa aquisição de lanchas e também combustível que irão garantir segurança no canal de acesso do porto. Segurança que será realizada pela própria Polícia Federal. Por fim, deixou registrado que no seu entendimento a maior prejudicada com a divisão de área da Ponta da Praia foi a CODESP. Dando sequência a pauta do dia, o Presidente passou ao item **II – ORDEM DO DIA**: Os assuntos apreciados receberam as seguintes manifestações: **II.01 – Apresentação do Relatório da terceira reunião da Comissão do Modal Aquaviário do Porto de Santos – COMAPS** (Coordenador: CMG Daniel Américo Rosa Menezes). *O Presidente do CAP passou a palavra ao representante da Autoridade Marítima, e Coordenador da COMAPS, CMG Daniel Américo Rosa Menezes, que realizou um breve relato, destacando que a Comissão dividiu as discussões em dois grandes temas, sendo eles: a) incidências de rompimentos de cabos e b) caminhos críticos para a navegação dos navios de 366 metros, sendo este de grande anseio da Comunidade Portuária. Em seguida, passou a palavra ao Comandante Marcos Camargo que apresentou um resumo dos trabalhos realizados até o momento, destacando os pontos a serem considerados em relação aos Navios de 366 metros: a) Manutenção da profundidade do canal compatível com o calado máximo divulgado, aferida por LHs periódicos (3 meses): a1) Operar navios desse porte em plena capacidade requer um esforço extraordinário de dragagem e manutenção da profundidade por parte da Autoridade Portuária (calados entre 14,2 a 14,8 metros); a2) A periodicidade dos levantamentos hidrográficos (batimetrias) devem ocorrer em períodos não superiores a três meses, com especial atenção ao trecho mais externo do canal, devido à ocorrência de ressacas; b) Reposicionamento do fundeadouro nº 03 em proveito da segurança da navegação ; b1) O posicionamento do fundeadouro restringe o espaço de manobra para a entrada e saída no canal. Nas imediações do fundeadouro o navio não está sendo assessorado pelo Prático. b2) A eliminação desse espaço e reposicionamento dos demais fundeadouros foi*

apresentado à Autoridade Portuária e o assunto será discutido nas reuniões futuras; c) Alargamento do canal e reposicionamento da boia nº 04: c1) Embora não se torne impeditivo para a manobra, é recomendável o alargamento do trecho em curva, entre as boias 02A e 04, retornando está a uma posição já ocupada; c2) A Autoridade Portuária encontra-se em tratativas com o IBAMA e o alargamento depende de medidas compensatórias, como o engordamento de praia; d) Manutenção do balizamento: d1) É essencial que os auxílios à navegação existentes ao longo do canal estejam operando com a máxima eficiência, devidamente posicionados e dentro de suas características de projeto; d2) A Autoridade Portuária manifestou que pretende implantar um sistema de sincronização de iluminação das bóias do canal de acesso (visão de uma pista de pouso de avião); e) Travessia de balsas Santos-Guarujá: e1) Identificado a necessidade de coordenação junto à DERSA de modo que as balsas permaneçam na configuração mais apropriada por ocasião do trânsito do navio nas imediações; e2) Representante da DERSA sendo convocado para próxima reunião do GT para ampliar a discussão sobre o assunto; f) Estudos de interação hidrodinâmica em todos os berços: f1) A perturbação da massa líquida provocada pelo deslocamento do navio no canal pode trazer consequências indesejáveis aos navios atracados; f2) Intenção de ampliar os estudos de interação hidrodinâmica a todos os terminais; f3) Levantamento de custos dos estudos apresentado pela USP (CODESP e SOPESP) discutindo forma de pagamento; g) Retificação do início do Canal de Piaçaguera: g1) Diminuição do tempo de manobra dos navios que irão operar no BTP; g2) A Autoridade Portuária já vem ajustando o canal ao longo das campanhas de dragagem do porto; g3) Ações mais positivas dependem de licença ambiental; h) Disponibilidade de rebocadores apropriados e treinamento de seus mestres em simulador para operarem no método requerido para a manobra: h1) Necessidade de estudo do comportamento dos rebocadores existentes no porto quando operando com navios de 366m; h2) Necessidade de treinamento dos mestres de rebocadores em simulador para operarem no método apropriado; h3) A USP apresentou custo para treinamento em simulador; h4) Praticagem de Santos confirmou disponibilidade de ceder prático para participar das simulações. Ao final, o Colegiado agradeceu o representante da Marinha pelas informações prestadas, e, em seguida ocorreram debates sobre o tema. Por fim, o Conselheiro João Almeida sugeriu convocar representante do IBAMA local para debater sobre o tema “Largura do Canal”, tendo em vista a necessidade de Licenciamento ambiental. O Presidente do CAP informou que na última reunião foi

aprovado pelo Colegiado o envio de Carta ao IBAMA, convidando àquele Instituto para participar do COMAPS. Em seguida, o Presidente passou ao item **III – ASSUNTOS GERAIS**, onde os assuntos apreciados receberam as seguintes manifestações: **III.01** – Apresentação sobre o atual estágio da implantação do Projeto VTMISS. (tema proposto pelo Presidente do CAP Rossano Reolon - SNP). O Presidente do CAP, Rossano Reolon, iniciou informando que solicitou ao Sr. Tetsu Koike, da Coordenação Geral de Planejamento, Estudos e Logística Portuária da SNP, uma síntese dos fatos relativos ao histórico e a situação do projeto PAC para implantação do VTMISS, finalizando com sugestões para sua continuidade, conforme a seguir: 1) A concorrência n. 07/2013 realizada pela CODESP, cujo objeto foi a execução dos serviços de implantação do sistema de gerenciamento de informação do tráfego de embarcações (Vessel Traffic Management Information System - VTMISS) no porto de Santos, contemplando o fornecimento dos equipamentos, software e treinamento de pessoal necessário à sua homologação pela autoridade marítima, e as obras civis que se fizerem necessárias, pelo prazo de 44 (quarenta e quatro) meses, teve extrato do Resultado da Fase de Preços publicado no D.O.U. nº 185, seção 3, pág. 5, em 25 de setembro de 2014, considerando classificado e vencedor o licitante CONSÓRCIO INDRA VTMISS SANTOS, com o valor global de R\$ 31.072.600,30 (trinta e um milhões, setenta e dois mil, seiscentos reais e trinta centavos); 2) O Contrato DP/61.2014 foi assinado em 3 de novembro de 2014. O primeiro aditivo ao contrato data de 29 de setembro de 2016; 3) Do valor global contratado, constam dos autos do processo SEI nº 00045.002147/2013-41 que a então Secretaria de Portos da Presidência da República, atualmente Secretaria Nacional de Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação – SNP/MTPA, repassaria o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por meio de Participação da União no Capital de Docas – PUC, ficando o restante do valor do contrato às custas da Contratante CODESP; 4) Até o presente, já foram repassados pela SNP/MTPA para a CODESP, sob a forma de PUC, o valor aproximado de R\$ 16.475.000,00 (dezesesseis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil reais), havendo ainda a repassar o restante aproximado de R\$ 3.525.000,00 (três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil reais), já empenhados. O último repasse foi realizado em julho de 2018, no valor de R\$ 3.025.364,00 (três milhões, vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais); 5) O projeto não foi concluído e se encontra paralisado, conforme constatado pelo último relatório de acompanhamento encaminhado pela equipe técnica da CODESP responsável pelo empreendimento, em visitas técnicas realizadas desde 2014 até

a presente data, por representantes da SNP/MTPA; 6) Face às constatações de não execução integral do empreendimento em tela e da situação de paralisação, foram realizadas ao final de 2017 tratativas entre a SNP/MPTA e a CODESP que resultaram no comprometimento dessa Administração Portuária para a continuidade e a plena execução do projeto VTMISS, posição está oficiada à SNP/MTPA por meio de carta de compromisso, firmada em 16 de fevereiro de 2018, na qual constam 15 (quinze) pontos assumidos pela empresa e firmados pelo Diretor de Operações Logísticas e pelo Diretor Presidente; 7) Até o presente, apenas um dos 15 compromissos foi cumprido, não tendo sido apresentada nenhuma comunicação oficial, por parte da Direção da CODESP, acerca das razões e justificativas do não cumprimento; 8) Dos compromissos não cumpridos até o momento, os principais são de exclusiva responsabilidade da CODESP, não cabendo ao contratado qualquer gestão ou responsabilidade sobre os mesmos. Trata-se da disponibilização das áreas previstas no projeto básico para a instalação das estações remotas ALFA, BRAVO e CHARLIE, onde deverão ser implantadas as torres com radares, sensores e demais equipamentos necessários ao pleno funcionamento do sistema VTMISS; 9) As estações ALFA e BRAVO já deveriam estar instaladas, respectivamente, no Forte dos Andradas e na Ponta de Itaipu, áreas essas localizadas na Baía de Santos, de guarda e responsabilidade do Exército Brasileiro, sob o Comando Militar do Leste; 10) A estação CHARLIE, prevista para o Guarujá, já deveria estar instalada em terreno particular, ao amparo de contrato simples de locação de imóvel firmado pela CODESP com o proprietário; 11) Quanto às estações ALFA e BRAVO, até o presente, a CODESP não logrou êxito em sequer celebrar o necessário Convênio com o Exército para obter as autorizações e licenças necessárias à instalação e operação das Estações VTMISS, o que impede a contratada de abrir essas frentes de trabalho, provocando retardo continuado do projeto e impedindo sua plena execução; 12) Apesar disto, consta da ATA da 528ª Reunião Ordinária do CONSAD/CODESP, item III.6, ocorrida em 1º de fevereiro de 2018, que: "...a) Estação Bravo (Ponta do Itaipu). As tratativas com o Exército estão avançadas sendo que a previsão para o início das obras é para o mês de abril de 2018; b) Estação Alfa (forte dos Andradas). A liberação para início das obras é para o mês de agosto de 2018"; 13) Esses fatos não se comprovaram até o presente, conforme constatado; 14) Além disto, não houve até o momento qualquer comunicação oficial à SNP/MTPA, acerca da situação em que se encontram as tratativas com o Comando Militar do Leste, relativamente ao Convênio com o

*Exército Brasileiro para acesso e uso das citadas áreas; 15) Diante desses fatos, a SNP/MTPA sugeriu aos Conselheiros do CONSAD/CODESP e sob anuência prévia destes para se manifestar em reunião que: i. A negociação com o Exército Brasileiro não seja mais realizada diretamente pela CODESP, mas sim pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em Brasília, diretamente com as instâncias competentes do Ministério da Defesa e do Comando Geral do Exército; e ii. A CODESP providencie em regime de urgência todas as medidas necessárias para atualização do cronograma físico e financeiro do referido projeto, bem como as providências e ações para a consecução das atividades remanescentes. Após analisadas as referidas sugestões, o Presidente do CAP, registra que acolheu a sugestão contida no item 15 alíneas “i” e “ii”, solicitando que a Autoridade Portuária envide esforços para atendimento das sugestões contidas no referido item. Fica registrado, que na última reunião do CONSAD, o Sr. Marcio Calves, sugeriu a convocação de representante do Consorcio Indra para prestar esclarecimentos sobre o projeto. Presente na reunião, o Sr. Marcelo Vilas Boas, Gestor de VTMS, informou ao Colegiado que assumiu a coordenação das negociações com o Exército Brasileiro para a cessão de uso de terrenos para instalação das torres de radar nos Fortes de Itaipu (na Praia Grande) e no Forte dos Andradas (no Guarujá) por ordem do presidente da CODESP. No momento a CODESP está discutindo com o Exército se será feito na forma de Termo de Arrendamento ou de Concessão de Direito Real de Uso de Resolúvel (CDRUR), ambos no prazo de 20 anos, em função do retorno do investimento, faltando a aprovação em DIREXE das contrapartidas a serem arcadas pela CODESP nas 2 OM do Exército. Os Custos estão sendo levantados. Continuou relatando que o Exército solicita medidas compensatórias: 1) melhoria nas estradas de acesso às antenas (são áreas de difícil acesso); 2) fornecimento de energia no local; 3) Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas (SPDA) nas antenas e câmeras de monitoramento do sítio (todas efetivamente conexas ao projeto). Já foi encaminhado pedido ao IBAMA para autorização de supressão de vegetação, o qual ainda está em análise e pendente de parecer. Falta encaminhar os projetos de compensação ambiental ao IBAMA, pois os mesmos ainda estão em análise pelo Exército. Por fim, informou que já foi realizada reunião com os proprietários de uma parcela de terreno privado que se pretende alugar no Guarujá para instalação da Torre Charlie, haja vista que fracassaram as negociações com o Corpo de Bombeiros. Isto posto, informou que a INDRA condicionou a compra de equipamentos à uma definição das 3 áreas em questão. Com a palavra, o Presidente do*

*CAP sugeriu que a Autoridade Portuária não desperdice valores neste momento, até que seja concluída as negociações com as Autoridades competentes em Brasília, onde se comprometeu em agendar reunião para tratar do assunto. III.02 – Carta CAP/022.2018, de 02/07/2018, por meio da qual convidou o DERSA, para realizar apresentação sobre os seguintes temas: a) Atual estágio do projeto “FERROANEL”. Ressaltamos a importância do citado projeto ao Porto de Santos assim como para toda a comunidade portuária, visto que o equilíbrio entre as matrizes de transporte deve ser sempre uma meta a ser perseguida; b) Situação atualizada das obras da entrada da cidade de responsabilidade Ecovias/Dersa. O Presidente do CAP, Rossano Reolon, agradeceu a presença dos representantes da DERSA, Srs. Marcelo A. Barbosa e Carlos Henrique Aranha, que aceitaram de imediato o convite para atualizar este Colegiado sobre o tema. Em seguida, passou a palavra aos representantes da DERSA que deram início a apresentação, destacando as seguintes informações: a) Situação atual: a1) Projeto Básico concluído; a2) EIA/RIMA; a3) Protocolo EIA/RIMA: 23/06/2017; a4) Audiência Públicas realizadas em julho/agosto de 2017; a5) Aguarda-se a conclusão do Parecer da CETESB e Aprovação do CONSEMA. b) Próximas etapas - Processo de renovação das Concessões conduzido pelo Governo Federal – PPI. c) Situação atual das linhas férreas: c1) Conflito entre o transporte de carga e o de passageiro dentro da RMSP; c2) Operação com restrição horária (janelas noturnas e horários fora de pico); c3) Danos aos equipamentos e infraestrutura ferroviária de passageiros. d) Sistema Intermodal Macrometropolitano: d1) Salto de modernização institucional; d2) Habilidade em movimentar grandes volumes de carga unitizada (contêineres, palete, big bag); d3) Construção de uma infraestrutura física. e) Objetivos Estratégicos: e1) Equilibrar a matriz de transporte de cargas de SP; e2) Eliminar gargalos logísticos; e3) Reduzir custos logísticos; e4) Eliminar conflitos passageiro x carga; e5) Aumentar eficiência no transporte de passageiros; e6) Aumentar a capacidade de transporte de carga; e7) Reduzir a emissão de poluentes; e8) Viabilizar o Sistema Intermodal Macrometropolitano. f) Impactos positivos do Ferroanel Norte: f1) Segregar o tráfego ferroviário de cargas do de passageiros (67 milhões ton/ano e 3 milhões de passageiros); f2) Retirar aproximadamente 7.300 caminhões/dia das rodovias; f3) Melhorar o transporte coletivo de passageiros sobre trilhos (CPTM); f4) Reduzir o custo logístico do transporte de cargas; f5) Otimizar as operações de coleta e distribuição na RMSP. g) Controle Ambiental da Construção (PCA): g1) Planejamento contínuo das fases de construção; g2) Resgate e*

*Supressão da Vegetação e Gestão do Material Lenhoso; g3) Resgate de fauna silvestre e gestão de fauna doméstica e exótica; g4) Controle de Poluição de Áreas de Apoio e Frentes de Trabalho (efluentes, ruídos, vibrações, emissões atmosféricas); g5) Gerenciamento de Resíduos da Construção; g6) Gerenciamento de Obras em Áreas Contaminadas; g7) Controle de Erosão, Assoreamento e Estabilidade de Taludes; g8) Travessias de Cursos d'Água; g9) Execução de OAEs e escavações de túneis; g10) Minimização de Incômodos à População Lindeira; g11) Controle de Impactos a Edificações Lindeiras; g12) Sinalização, Desvios de Tráfego e Controle de Tráfego das Obras; g14) Contratação, Gestão e Desmobilização de Mão de Obra; g15) Treinamento Ambiental e Código de Conduta dos Trabalhadores; g16) Gerenciamento de Riscos na construção e Plano de Ação em Emergências - Plano de Contingência (em caso de acidentes na obra ou situações emergenciais); g17) Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional na Construção; g18) Reurbanização e Recuperação de Áreas Degradadas. Ao final da apresentação, o Colegiado agradeceu os representantes da DERSA, e o Presidente abriu a palavra aos demais Conselheiros e convidados. Com a palavra, o Sr. Eduardo Lopes, sugeriu convidar para próxima reunião, o Sr. Fernando Paes, Diretor Executivo da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários – ANTF, para explicar sobre as renovações das concessões ferroviárias e seus aspectos positivos para o Brasil, São Paulo e Porto de Santos. A sugestão foi acolhida por unanimidade, sendo que o Presidente solicitou que a secretaria tome as devidas providências. Em seguida, o Conselheiro Marlon da Silva Tavares registrou que há preocupação de alguns associados (Santos Brasil/Fassina/Gelog/Dínamo) quanto a obra da entrada da cidade de Santos no que tange a marginal direita sentido SP/Santos. Por fim, o Presidente do CAP, Rossano Reolon, agradeceu pelas informações prestadas. Fica registrado que o CD contendo a apresentação em sua íntegra ficará anexa a ata.*

**III.03** – Apresentação referente ao andamento dos trabalhos sobre o tema “Amarração de Navios”, que entre outras atividades está avaliando novo processo de amarração de navios e os rompimentos de cabos dos navios, a ser realizada pelo Sr. Marcelo Villas Boas, relator do referido Subgrupo de Trabalho. (tema proposto pelo conselheiro João Almeida - SOPESP). O Presidente do CAP, Rossano Reolon, passou a palavra para o Conselheiro João Almeida, que solicitou a referida apresentação. Com a palavra, o Conselheiro João Almeida, ressaltou a importância do tema, tendo em vista as várias ocorrências sobre rompimento de cabos dos navios, e desde já agradece o Sr. Marcelo Vilas Boas pela

presença nesta plenária. Em seguida, o Sr. Marcelo Villas-Bôas, representante da Autoridade Portuária, iniciou informando que o subgrupo 1 está se reunindo quase semanalmente para aprofundar análise dos subitens relacionados na última reunião da COMAPS. A saber: 1) Avaliação de equipamentos modernos para atracação e amarração de navios; 2) Levantamento dos tipos, posicionamento e resistência estrutural dos cabeços e defensas; 3) Levantamento de equipamentos e boas práticas de outros portos no Brasil e no exterior; 4) Revisão do modelo de Requisição de Atracação e Prioridade (RAP); 5) Definição das sanções aplicáveis nas situações de descumprimento das normas; 6) Mudança da mentalidade e do enquadramento do Porto (saindo da condição de águas abrigadas); 7) Revisão da Sistemática de Fiscalização da Amarração de Navios; 8) Criação de uma mentalidade de segurança (reuniões e treinamentos periódicos); e 9) Definição de esquema(s) padrão para amarração de navios ao longo de todo o canal. Como novidade, informou que a empresa Argonáutica enviou proposta contendo estimativa de custos para complementação do Estudo de Interação Hidrodinâmica, cuja o CD contendo a apresentação, com maiores detalhamentos, ficará anexa à Ata. Continuando, informou que o subgrupo, após analisar a PIANC, bem como extratos das Normas e procedimentos da CPSP, está elaborando uma minuta de Resolução conjunta das autoridades Portuária e Marítima para o estabelecimento de normas operacionais relativas ao tema “Amarração de Navios”, no Porto de Santos, e assim que finalizada será apresentada a esta Comissão. Com relação ao tema, destacou que se encontra em estudo a definição das competências e prerrogativas das autoridades responsáveis pela aplicação das sanções, bem como as entidades que serão responsabilizadas em caso de não cumprimento das normas que serão estabelecidas. Ao final, o Colegiado agradeceu o representante da Autoridade Portuária pelas informações prestadas, iniciando debate sobre o tema. Com a palavra, o representante da ANTAQ, Sr. Daniel Alves, relatou que até o presente momento a ANTAQ não foi chamada para participar dos trabalhos sobre o tema. Em seguida, o CMG Daniel, reiterou que o grupo está aberto para todos que puderem contribuir nos trabalhos a fim de que o mesmo seja finalizado o mais breve possível. Na sequência, o Presidente do CAP, Rossano Reolon, solicitou que o Sr. Marcelo Vilas Boas, repasse todo o material apresentado, contendo os trabalhos do GT com relação ao tema, para conhecimento da ANTAQ, o mais breve possível, para que aquela agência possa encaminhar possíveis sugestões para contribuição nos trabalhos sobre “Amarração de Navios”. Prosseguindo, o Conselheiro João Almeida,

recomendou que a Autoridade Portuária envie esforços a fim de buscar investimentos em Brasília para execução dos estudos, tendo em vista que a solução do problema requer certa urgência, entendendo que não é de responsabilidade da classe empresarial assumir tais encargos, haja vista que já pagam as tarifas para utilização da estrutura portuária. Na sequência, o representante dos trabalhadores, Robson Gama dos Santos, sugeriu que os estudos sejam aprofundados, também, com abrangência na parte terrestre, nos terminais privados. O Presidente do CAP, Rossano Reolon, registrou que vai enviar sugestão para que o referido grupo de trabalho avalie a sugestão do representante dos trabalhadores. Sugeriu ainda, que o representante dos trabalhadores provoque o representante dos terminais privados, membro convidado neste Colegiado, para que seja analisada a possibilidade de que o tema seja abordado pelo grupo utilizando a mesma linha de trabalho. Finalizando, o Conselheiro Martin Aron, registrou elogios aos trabalhos do grupo recomendando que os pontos críticos sejam implementados imediatamente, enfatizou o excelente trabalho realizado pelo Grupo, tendo em vista a grande importância que o assunto requer. O Colegiado endossa as palavras do Conselheiro Martin Aron, reiterando a efetividade e solidez com que o GT finalizou os trabalhos sobre o tema. **III.04** – Apresentação a ser realizada pelo Sr. Rui Klein, Diretor de Relações com Investidores da Ecovias, sobre o atual estágio do novo projeto envolvendo o viaduto de ligação de Santos com Guarujá, bem como esta obra se interligará com o viaduto de acesso ao Porto de Santos. (tema proposto pelo conselheiro João Almeida - SOPESP). O Presidente do CAP, Rossano Reolon, agradeceu a presença do Sr. Rui Klein, que aceitou de pronto o convite para atualizar este Colegiado sobre o estágio do novo projeto envolvendo o viaduto de ligação de Santos com Guarujá. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Rui que agradeceu pela oportunidade de apresentar o referido projeto. Na sequência, deu início a apresentação, destacando as seguintes informações: a) Proposta: criar uma ligação, entre as duas margens do Porto de Santos, como alternativa à balsa ou ao longo trajeto CDR-Anchieta; b) Acesso à Perimetral do Porto (margem direita) – projeto está sendo compatibilizado com os estudos atuais da Codesp; c) A solução proposta é compatível com o gabarito de navegação determinado pelas autoridades Portuárias (Marinha, Praticagem, Codesp) e premissas da Base aérea de Santos (base área no município do Guarujá). Indagado, o Sr. Rui Klein informou que a questão do terminal da Brasil Terminal Portuário – BTP está sendo analisada. O Conselheiro João Almeida, sugeriu que a evolução do projeto seja apresentada ao CAP nos meses de

novembro e dezembro. Com a palavra, o Sr. Rui Klein, se colocou à disposição sempre que convidado por este Colegiado para explicar sobre o tema. Por fim, o Presidente do Colegiado solicitou que a referida apresentação seja enviada a todos os Conselheiros, bem como o CD contendo a mesma, fique anexado a Ata. **III.05** – Apresentação a ser realizada por representante da Portofer/Rumo, sobre o atual estágio das obras do pátio da entrada da cidade até o corredor de exportação, dentro da malha ferroviária do porto de Santos. (tema proposto pelo conselheiro João Almeida - SOPESP). A pedido do Conselheiro João Almeida, tendo em vista compromissos surgidos de última hora para os representantes da Portofer/Rumo, o Colegiado decidiu transferir a apreciação deste tema para próxima reunião.

**III.06** – Apresentação sobre o Acordo de Facilitação do Comércio da OMC e seus impactos no Porto. (tema proposto pelo conselheiro José Laborde - ABTRA). O Presidente do CAP passou a palavra ao Conselheiro José Laborde, representante da ABTRA. Com a palavra, o Conselheiro relatou sua preocupação quanto à implantação da OMC, tendo em vista a possibilidade de que venha causar alguns impactos negativos, enfatizando que a ABTRA não tem absolutamente nada contra a implantação do sistema desde que não haja prejuízo as associadas. Em seguida, solicitou que a equipe técnica da ABTRA realizasse apresentação sobre o tema, enfatizando que o objetivo é levar o tema para conhecimento da Comunidade Portuária. Ao final da apresentação, o Colegiado agradeceu aos representantes da ABTRA pelas informações prestadas. Em seguida, a Conselheira Sandra Aparecida Gimenes Previatti, representante da AEB, registrou que, como participante convidada no Comitê de Facilitação de Comércio Exterior, retifica que a Comex está buscando a participação de todos os “atores” na cadeia internacional. Salientou ainda a importância da participação da ABTRA em conjunto com os demais órgãos intervenientes para o cumprimento do Acordo de Facilitação do Comércio Exterior. Na sequência, o representante da Receita Federal, Sr. Akiyoshi Omizu, informou que na próxima reunião, a Receita Federal irá abordar sobre os impactos do Acordo Internacional do aumento de competitividade de produtos brasileiros no exterior. Em seguida, o Presidente do CAP, Rossano Reolon, sugeriu que a ABTRA se manifeste junto a SNP, convidando àquela Secretaria para participar das negociações sobre o tema. Por fim, o Presidente do CAP, solicitou ao representante da ABTRA, que informe este Colegiado sobre a evolução do referido acordo.

**III.07** – Cópia do Ofício s/nº, de 28/11/2017, do Sindicato dos Vigias Portuários do Estado de São Paulo, referente ao descumprimento do ISPS CODE, encaminhado à Cesportos, ANTAQ, AFL do

Porto de Santos e Autoridade Portuária. (tema proposto pelo conselheiro José Cavalcanti - FENCCOVIB). O Presidente do CAP, Rossano Reolon, passou a palavra ao Conselheiro José Cavalcanti Pessoa, que relativamente ao tema, informou que até o momento o Sindicato dos Vigias Portuários não obteve resposta das autoridades competentes quanto a referida denúncia. Continuando, expôs que há muito existem falhas nos controles de acesso através dos “gates”. Como exemplo, citou o caso concreto ao qual teve acesso ontem, através de um processo da Comissão Paritária em desfavor de um trabalhador, onde a acusação ao mesmo é feita pelo terminal Santos Brasil (portaria marítima), versa: “Previa e nominalmente escalado pelo Ogmo-Santos, para o dia 10/06/2018 no período das 01X07h, o TPA acima qualificado apresentou-se na portaria, porém sem estar de posse do crachá ISPS CODE, alegando ter esquecido. Devido a este fato, não foi autorizado seu acesso. Em defesa, o trabalhador, admitiu e confirmou que estava sem o cartão “main fare”. Isto posto, indago: como então esse trabalhador conseguiu chegar à portaria marítima do terminal, sem passar pelo gate 19, que é a única forma de acesso? Como o mesmo conseguiu atravessar? Ressalte-se, igualmente, que no relatório de acesso do gate, constante nos autos do processo, não há nenhum registro de seu acesso e, ainda assim, como o trabalhador atravessou e chegou à portaria da Santos Brasil. **III.08** - Informações dos componentes do CONSAD indicados pelo CAP. Tendo em vista a ausência justificada do Sr. Marcio Calves, representante do CAP no Conselho de Administração da CODESP, devido a compromissos surgidos de última hora em São Paulo, o Presidente do Colegiado solicitou que a Secretaria entre em contato com o Sr. Marcio a fim de solicitar que ele envie um e-mail contendo os registros mais relevantes ocorridos na última reunião do CONSAD realizada no dia 25/09/2018, a fim de que as referidas informações sejam enviadas para conhecimento de todos os Conselheiros. **III.09** – Sumário Executivo da Reunião 64ª CLAPs, de 20/08/2018, contendo os pontos de destaque para conhecimento do CAP. O Conselho de Autoridade Portuária registra que tomou conhecimento. Na sequência, o Presidente passou ao item **IV – OUTROS ASSUNTOS**. O Conselheiro João Almeida indagou ao Conselheiro Hilário Gurjão, se houve algum problema no andamento das obras da Libra Terminais, tendo em vista que nas últimas semanas não estão fluindo de maneira adequada. Com a palavra, o Sr. Hilário informou que já está agendada, para próxima semana, reunião com a empresa responsável pela obra, e após se atualizar sobre o assunto, prestará os devidos esclarecimentos ao Conselheiro João de Almeida. Não havendo outras manifestações,

passou ao item **IV – ENCERRAMENTO**, onde agradeceu a todos pela presença, fixando a data da próxima reunião ordinária para o dia 26 de outubro de 2018, às 09h00min, na Sala de reuniões na Sede do CAP, determinando a lavratura da presente Ata.

Rossano Reolon  
**PRESIDENTE**

Hilário Seguin Dias Gurjão  
**CONSELHEIRO**

Akiyoshi Omizu  
**CONSELHEIRO**

CMG Daniel Américo Rosa Menezes  
**CONSELHEIRO**

Érica Cristina Santos Carvalho  
**CONSELHEIRA**

Omar Silva Junior  
**CONSELHEIRO**

Martin Aron  
**CONSELHEIRO**

José Edgard Laborde Gomes  
**CONSELHEIRO**

João Batista de Almeida Neto  
**CONSELHEIRO**

Paulo Antônio da Rocha  
**CONSELHEIRO**

José Cavalcanti Pessoa  
**CONSELHEIRO**

Robson Gama dos Santos  
**CONSELHEIRO**

Jorge Leite dos Santos  
**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**